

**INTRODUÇÃO:  
A Sociologia do Trabalho em exercícios de atualização**

***INTRODUCTION:  
The Sociology of Work in upgrading exercise***

---

Roberto Vêras de Oliveira  
*Universidade Federal da Paraíba*

José Ricardo Ramalho  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

A heterogeneidade das formas e relações de trabalho nas últimas décadas, nos países centrais, periféricos e “emergentes”, consequência das novas estratégias de desenvolvimento do capitalismo globalizado, tem exigido dos cientistas sociais uma revisão de conceitos e um renovado esforço de interpretação das transformações que resultam em novos tipos de relação de trabalho e de configuração do mercado de trabalho. Esse contexto também interfere nas experiências de organização e de representação dos trabalhadores, principalmente nos sindicatos, que se veem desafiados a se reinventar diante das dificuldades impostas pela precariedade dos laços de emprego, pela redução da proteção legal e pelo aumento do desemprego.

No Brasil, a Sociologia se tornou um dos principais ambientes de reflexão sobre as dinâmicas sociais do trabalho e a construção histórica do mercado de trabalho. Acompanhando uma tendência que se apresentava na Europa e nos Estados Unidos, os primeiros estudos sobre o tema no país estiveram fortemente associados ao trabalho industrial. Autores como Juarez Brandão Lopes, Azis Simão, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Evaristo de Moraes Filho, entre outros, estabeleceram, através de pesquisas realizadas nos anos 1950 e 1960, um diálogo com a Economia e a Sociologia sobre as ideias de *desenvolvimento* e *desenvolvimentismo*, com ênfase na industrialização, nos conflitos industriais e atitudes operárias, nos trabalhadores rurais e urbanos, no sindicato e no Estado<sup>1</sup>.

Na passagem dos anos 1970 para a década seguinte, a pesquisa sobre o trabalho se expande, envolvendo setores dos serviços urbanos e incorporando novas dimensões. Mas a atenção continuou centrada na indústria, com destaque, agora,

---

<sup>1</sup> Para uma reconstituição da trajetória da Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil, ver Guimarães (2004), particularmente o capítulo I.

para o processo de trabalho no setor automobilístico, assim como para as greves operárias e as novas práticas sindicais que emergiram naquele contexto (em especial na região do ABC paulista). Ganharam evidência as abordagens que passaram a associar trabalho ao gênero, à família, ao lugar de moradia, ao cotidiano da vida operária. A Sociologia do Trabalho incorporava novas dimensões, aproximando-se da Sociologia Política, da Ciência Política, da História Social, da Antropologia Social, entre outras áreas do conhecimento.

A partir do final dos anos 1980, e principalmente nos 1990, os estudos sobre trabalho industrial e assalariado (incluindo os segmentos dos serviços, particularmente o sistema bancário) passam a refletir os impactos da globalização e das políticas de orientação neoliberal. Com a adoção de novos padrões tecnológicos e de gestão pelas empresas, o eixo das abordagens se volta para o tema da *reestruturação produtiva*, com ênfase na *flexibilização*, *terceirização*, *desregulamentação*, *informalização*, *heterogeneização*, e *precarização* das relações de trabalho. Nesse contexto, percebe-se a criação de uma interface de pesquisa com as áreas da Engenharia de Produção, da Economia, da Administração de Empresas e, mais recentemente, da Sociologia Econômica.

Os processos e tensões sociais e políticas que se estabeleceram entre os ecos dos anos 1980 (provenientes das lutas pela redemocratização do país e tendo na Constituinte e na Constituição de 1988 seus mais expressivos símbolos) e os novos ventos (trazidos pela reestruturação produtiva, pelas privatizações e pela reforma do Estado) foram objeto de sucessivos estudos sobre os temas do sindicalismo e das novas condições de institucionalização e relação com o Estado. Em um momento em que começam a surgir balanços sobre a trajetória de retomada das lutas política e sindical dos trabalhadores, passado aquele primeiro do processo de redemocratização do país, surgem novos impulsos para encontros e interações com a História Social.

Desde cedo, desenvolveu-se também uma outra frente de investigação, mais dispersa, diversa e descontínua, sobre outras formas de trabalho e práticas de trabalhadores para além do eixo industrial-urbano. Esforços de pesquisa foram realizados no sentido de buscar os fenômenos que, com maior ou menor interconexão com o processo de industrialização e de consolidação de uma economia capitalista no país, estendiam-se pelas áreas rurais, pelo setor de serviços, pelas formas não empresariais de produção e não salariais de trabalho e pelas regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Entre o final da década de 1960 e ao longo da década de 1970, emergiram, sob os mais diversos ângulos, estudos sobre *marginalidade* e *informalidade*. Abordagens orientadas por uma perspectiva marxista, em diálogo com a teoria da dependência, buscaram realçar os nexos entre as formas de produção e de trabalho

não tipicamente capitalistas e o processo de acumulação de capital no Brasil. Por outros caminhos, inaugura-se o uso do termo *informal*, que, naquele mesmo momento, ganhava evidência no exterior e, posteriormente, foi incorporado à agenda de pesquisa de importantes economistas. Da Antropologia Social do Rio de Janeiro, diversos estudos deram realce ao trabalho rural e urbano, agrícola, artesanal e operário, domiciliar e fabril, nas suas combinações variadas, com foco principalmente no Nordeste. Uma variante importante se desenvolveu na direção de estudos sobre movimentos sociais e sindicalismo rural.

Pesquisas sobre trabalho *artesanal*, trabalho *autônomo*, trabalho *por conta própria*, trabalho *informal*, *autoemprego*, trabalho *a domicílio*, *autogestão*, trabalho cooperativo, *economia solidária*, entre outras formas de nomear as modalidades não salariais de organização da produção de bens e serviços e do trabalho, seguiram por diversos caminhos, estabelecendo interfaces e fronteiras com a Sociologia do Desenvolvimento, a Economia, a Administração e a Sociologia Econômica. Entretanto, somente a partir dos anos 1990 essas iniciativas ganharam relevo, em um movimento inverso ao que vinha historicamente ocorrendo com o processo de industrialização do país. Se antes a prioridade recaiu sobre a indústria, por esta ser considerada como central na constituição de uma nova matriz de organização da produção e do trabalho, nesse outro momento, o objetivo passou a ser captar as transformações do modelo produtivo, especialmente o industrial, e identificar as novas conexões com as formas de trabalho “não tipicamente capitalistas”. Ou seja, se antes se buscavam os nexos em um movimento de agregação em torno da indústria, a preocupação passou a ser um novo movimento de redefinição de tais relações. Assim foram retomados os estudos sobre *informalidade*, ao mesmo tempo em que emergiu o tema da *economia solidária*, da *autogestão* e do *cooperativismo*, e uma discussão conceitual sobre *empreendedorismo* e *empregabilidade*.

Os estudos sobre indústria e trabalho assalariado urbano, por um lado, e sobre as formas de produção e trabalho não propriamente salariais e nem necessariamente urbanas, por outro lado, demonstram como a Sociologia do Trabalho brasileira tem operado a partir de uma ampla diversidade de *objetos* e *problemas* de pesquisa. Nesse processo, constrói interfaces e estabelece delimitações de fronteiras em relação a uma ampla diversidade de áreas do conhecimento. Desde sempre, teve e tem que lidar, em uma mão, com as influências conceituais vindas de fora e, na outra, com as singularidades reveladas pela empiria. De outra parte, teve e tem que atualizar-se permanentemente, dado o caráter móvel do seu objeto e o caráter complexo de sua problemática.

O conjunto de artigos deste dossiê é uma demonstração de como a Sociologia do Trabalho pode refletir sobre novas dinâmicas sociais que alteram o exercício do trabalho, e de como, nesse contexto, estende sua interlocução com outras

sociologias e disciplinas que associam a questão do trabalho com as dinâmicas social, econômica, política, cultural.

Os treze artigos selecionados estão agrupados em duas partes. Na primeira parte, sob o título “Novas dinâmicas do mercado de trabalho e da ação sindical”, os textos abordam a ação sindical, as novas dinâmicas do trabalho assalariado, as implicações para as questões de gênero, as formas de implementação e uso da legislação trabalhista. Na segunda parte, intitulada “Além do salarial – reedições e atualizações”, concentram-se as abordagens sobre os temas do autoempreendedorismo, do trabalho informal, do trabalho artesanal. Em todos os textos há exercícios de buscar apreender as conexões entre o salarial e o não salarial, o formal e o informal, o rural e o urbano, o local e o global, e são testados os limites conceituais e empíricos da Sociologia do Trabalho.

A primeira parte, “Novas dinâmicas do mercado de trabalho e da ação sindical”, tem início com um artigo sobre um tema clássico da Sociologia do Trabalho: o sindicalismo. José Ricardo Ramalho, em “Trabalho, sindicato e globalização”, discute os efeitos da globalização econômica sobre o trabalho, nas últimas décadas, a partir da reorganização das grandes empresas em redes globais de produção com desdobramentos sobre a flexibilização do trabalho, a redução de direitos laborais, o deslocamento geográfico dos empregos e o enfraquecimento da capacidade de negociação dos sindicatos. O texto propõe identificar sinais de resistência e potencial de contestação e confronto político nas mais variadas escalas (global, nacional e local) e aposta na possibilidade de construção de novos recursos de poder por parte dos trabalhadores e sindicatos, principalmente iniciativas voltadas para o estabelecimento de padrões mundiais de relações de trabalho.

De modo a trazer uma dimensão mais internacional da problemática sindical, Hermes Augusto Costa, em “Transformações do trabalho e reação sindical em Portugal em contexto de austeridade”, discute a adoção de políticas de austeridade recentes em Portugal – reforçadas pela presença do Banco Central Europeu, da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional, e sua influência na reconfiguração das relações laborais. O autor observa tais processos a partir de suas implicações para os salários, as condições de trabalho, os tempos de trabalho, a vida das pessoas, realçando o comprometimento das conquistas do passado e revelando um panorama sombrio quanto ao futuro. Em um quadro no qual se acentuam os desequilíbrios nas relações de trabalho, o texto busca identificar os impactos no “elo mais fraco” da relação laboral, designadamente no campo sindical, e faz uma sistematização dos tipos de respostas organizadas por esse campo.

Voltamos ao Brasil, permanecendo com o tema sindical, com Elina G. da Fonte Pessanha, Luisa Barbosa Pereira e José Luiz Soares, em “Trajetos da Negociação Coletiva Trabalhista: Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários do

Rio de Janeiro”. O artigo trata de uma dimensão da maior relevância em termos da natureza histórica do sindicalismo brasileiro, sua relação com a Justiça o Trabalho, chamando a atenção para o que há de novo nesse tipo de abordagem. Tendo como foco duas das mais tradicionais categorias do mercado de trabalho e do sindicalismo do país, Metalúrgicos e Bancários, discute as opções e iniciativas do movimento sindical e o comportamento da Justiça do Trabalho em face dos processos de negociação coletiva entre patrões e empregados. Procura demonstrar os limites e possibilidades que a ativação da Justiça pelos trabalhadores introduz nos processos de negociação e no confronto entre os atores do capital e do trabalho.

Verônica Clemente Ferreira e Angela Maria Carneiro Araújo, em “A Experiência do desemprego e relações de gênero na categoria metalúrgica”, tratam de outro tema já tradicional na Sociologia do Trabalho brasileira: as questões que relacionam gênero e trabalho no setor industrial, que, no entanto, pela complexidade e dinâmica, permanecem carentes de investigação. As autoras abordam a questão do desemprego afetando as condições de sobrevivência, as relações familiares e os projetos pessoais de trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos. Demonstram, através da investigação sobre a experiência do desemprego entre indivíduos de uma categoria profissional majoritariamente masculina, uma percepção divergente para mulheres e para homens, confirmando a diferença nas formas de socialização e nas imagens socialmente construídas sobre o que é adequado, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico e ao trabalho extradoméstico na vida de cada um e de cada uma.

Magda Barros Biavaschi e Alisson Droppa também abordam o tema da Justiça do Trabalho, em “A dinâmica da regulamentação da terceirização no Brasil: as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, os projetos lei e as decisões do Supremo Tribunal Federal”. O artigo trata das formas precárias de contratação da mão de obra, entre elas a terceirização, que concorrem para o acirramento das desigualdades e a fragmentação da organização dos trabalhadores. Diferentemente de outros países da América Latina, no Brasil não há uma legislação específica que regulamente essa modalidade de contratação. Nesse vácuo, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 1993, editou a Súmula 331, revisitada nos últimos tempos. O artigo analisa o processo de elaboração desta Súmula, suas modificações posteriores e faz um balanço dos principais projetos de lei em andamento no parlamento brasileiro, com propostas de regulação elaboradas no âmbito dos Ministérios, além de tratar da reação dos atores sociais a seus impactos.

O artigo de Vitor Araújo Filgueiras versa sobre a regulação pública do trabalho, com ênfase na aplicação da legislação trabalhista, mais especificamente no aspecto da fiscalização. Em “Padrão de atuação da fiscalização do trabalho no Brasil: mudanças e reações”, o autor aborda um tema quase desconhecido nos estudos do

trabalho no Brasil. Mostra indicadores da mudança progressiva do padrão de atuação da Fiscalização do Trabalho nos últimos anos, e se propõe a demonstrar como o aumento da rigidez na imposição das normas trabalhistas sobre os infratores tem provocado intensa reação dos empregadores e de suas entidades representativas.

Para finalizar esta primeira parte, o artigo de Ana Patrícia Dias e Cesar Sanson, “A atual estrutura ocupacional e o papel dos sindicatos no Brasil: análise do século XXI”, retoma o tema sindical, com um panorama das transformações recentes no mercado de trabalho e nos sindicatos em função da crise do capitalismo em 2008. Demonstram que os governos brasileiros, assim como os empresários, adotaram medidas de ajustes orientadas para o mercado, com consequências negativas sobre o universo do trabalho assalariado. Embora tenha havido uma singular redução dos níveis de desemprego e declínio da informalidade, conforme dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística - IBGE (2014), a estrutura ocupacional se reconfigurou caracterizada pelo aumento dos contratos de trabalho por tempo determinado e, sobretudo, pela emergência de distintas formas de ocupação precária.

A segunda parte do dossiê, “Além do salarial – reedições e atualizações”, inicia-se com o artigo de Roberto Vêras de Oliveira e Bruno Mota Braga, “Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade”. Os autores analisam as dinâmicas sociais da *informalidade* no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, sua persistência e suas metamorfoses. Trata-se de uma abordagem de um problema tradicional da Sociologia do Trabalho, a *informalidade*, com ênfase nos atores (estratégicos) e seus diálogos tensos com as dinâmicas que se lhes apresentam, realçando novos sentidos incorporados na experiência estudada. O texto identifica, não obstante os recentes impulsos de formalização (nos âmbitos da gestão e do trabalho) no *Polo* e no território comercial de Toritama, uma incapacidade destes recursos para superar a marca histórica da informalidade, que persiste, metamorfoseando-se. Concluem, então, que o esforço de apreensão dos sentidos atribuídos pelos atores e das estratégias adotadas por cada um em uma dinâmica em disputa passam a ser um elemento chave para a análise dos seus desdobramentos.

O tema da *informalidade* permanece com o artigo de Octavio Maza e Omar Pasillas, em “Estudios sobre las comunidades atípicas, una revisión”. Os autores discutem, a partir da indústria de vestuário na região centro-ocidental do México, marcada por oficinas médias e pequenas, se as relações de trabalho que podem facilmente ser definidas como *precárias* ou *informais* não merecem ser problematizadas, tendo em vista as especificidades de um modelo produtivo cujas empresas têm origem familiar e se integram aos mercados locais. A questão que se coloca é como explicar os fatores de êxito dessas localidades e dos que sobrevivem, e como se ajustam às exigências da competição moderna. A perspectiva defendida no texto é de que os sujeitos são capazes de criar alternativas mesmo nos espaços onde

isso parece não se colocar, o que significa buscar entender não apenas o trabalho e a produção, mas também a própria vida, de pensar o trabalho doméstico, as atividades não remuneradas e outras formas de trabalho que se generalizam no caso mexicano. O trabalho precisa ser entendido para além das concepções centradas no emprego. A inclusão do texto contribui para realçar aspectos comuns e diferentes da experiência brasileira.

Cinara L. Rosenfield e Marilis L. de Almeida, no artigo intitulado “Contratualização das relações de trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho”, tratam das questões que atualmente envolvem as conexões entre formas salariais e não salariais de trabalho. As autoras argumentam que as diferenciações e a heterogeneidade de combinações que assumem o trabalho e emprego nos dias de hoje apontam para uma composição de concepções de assalariamento e independência, de formal e informal. Propõem, então, uma discussão sobre a noção de *contratualização das relações de trabalho*, entendida como um processo de transferência de relações de tipo salariais (regidas pela CLT) e de relações de trabalho informais, para relações de trabalho de tipo contratual (deslocada para o âmbito do Código Civil). A referência empírica é o atual processo de institucionalização do *autoempreendedorismo*, entendido como o acesso e reconhecimento, tanto legal quanto simbólico, do trabalho independente, ao mesmo tempo em que, por meio de variadas formas discursivas ligadas ao trabalho, valoriza-se moralmente a autonomia.

Em “Estudos sobre as configurações do trabalho informacional: o que há de novo no horizonte do trabalho?”, Maria Aparecida Bridi mantém o tema da hibridização das condições salariais e não salariais, voltando-se para um setor de ponta da economia, o de Tecnologia da Informação (TI), que envolve as empresas produtoras de computadores (*hardware - desktops, notebooks, etc.*) e de programas de computadores (*softwares*). E reforça a investigação sobre as condições do trabalho nessas empresas, em especial na produção de uma mercadoria simbólica do trabalho imaterial: os *softwares*. A autora demonstra que os trabalhadores informacionais encontram-se sob o controle dos paradigmas organizacionais marcados pela flexibilidade na organização e nas formas de contratação para o trabalho.

O artigo “Os trabalhadores autônomos economicamente dependentes brasileiros: rumo a uma análise das trajetórias em termos de mobilização dos recursos”, de Mathilde Mondon-Navazo, também versa sobre as novas formas de composição entre o emprego assalariado e o trabalho autônomo. Aborda a questão dos Trabalhadores Autônomos Economicamente Dependentes (TAEDs), em pesquisa de campo realizada em Porto Alegre (RS). Para a autora, este caso ilustra a porosidade crescente da fronteira entre as duas condições referidas. Ao associar

uma autonomia jurídica a uma dependência econômica em relação a um cliente que aufera a maior parte da sua renda, esses trabalhadores situam-se numa *zona cinzenta* do mercado de trabalho. O artigo trata da vulnerabilidade desses trabalhadores excluídos das proteções da CLT e, através de uma análise de trajetórias, busca identificar como se dá a mobilização de recursos de vários tipos como elemento fundador de segurança.

Por fim, o artigo de Paulo F. Keller, “O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea”, dá destaque a um outro aspecto do trabalho, em geral pouco estudado, que é o trabalho *artesanal*. O autor discute o tema a partir da economia do artesanato e suas consequências nas relações de trabalho e em suas formas de organização. A ênfase teórica é pensar o trabalho na cadeia de valor do artesanato.

Boa leitura!

#### **Referências**

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Ed. 34, 2004.